

**XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE
PRÉ-ALAS BRASIL
04 A 07 DE SETEMBRO DE 2012, UFPI, TERESINA-PI**

GRUPO DE TRABALHO 27 – POLÍTICAS PÚBLICAS

**POLÍTICAS DE "REQUALIFICAÇÃO" E PATRIMÔNIO: CONCEPÇÕES
E CONFLITOS**

**FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
willams-ribeiro@hotmail.com**

**VANEZA FERREIRA ARAUJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
vanezasociologa@gmail.com**

RESUMO

Este trabalho analisa as políticas públicas de intervenção urbana designadas como "requalificação" no centro histórico de Fortaleza, Ceará. O objetivo dessas políticas é promover ações de restauro físico de equipamentos públicos e medidas que incrementam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos que ativam antigos sentidos perdidos no tempo. O campo empírico por meio do qual essa reflexão será tecida é a Praça dos Mártires (Passeio Público), um logradouro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) e que desde 2007 é alvo da política de "requalificação" realizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Este trabalho analisa as concepções de patrimônio presentes nas propostas de "requalificação" e os conflitos de natureza social e simbólica efetivados na intervenção destas políticas no espaço urbano de Fortaleza.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as políticas de preservação ao patrimônio designadas como requalificação, com ênfase nas concepções de patrimônio presentes nos projetos de intervenção urbana e nos conflitos de natureza simbólica gerados a partir da efetivação desses projetos no espaço público. Tendo por base os projetos de requalificação para o Centro Histórico de Fortaleza, o *lócus* empírico deste trabalho é a Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público, uma das mais antigas da cidade, datada aproximadamente de 1850. Um equipamento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) que, desde outubro de 2007, é alvo de projeto de requalificação executado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza por meio da Secretaria de Cultura (SECULTFOR).

A requalificação urbana trata-se de um fenômeno presente em grande parte das metrópoles mundiais. O principal objetivo é transformar sítios históricos, frentes marítimas e fluviais considerados "degradados" em áreas de entretenimento e lazer. As intervenções promovem reformas na estrutura física dos equipamentos públicos e medidas que incrementam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos tais como os propiciados por meio de feijoadas, apresentações musicais e teatrais, lançamentos de livros etc. Os principais alvos são as construções que constituem o patrimônio histórico como os monumentos, prédios e praças

considerados bens culturais, com isso os novos usos visam (re)ativar antigos sentidos perdidos no tempo.

Essas intervenções possuem um poder criativo capaz de definir novos usos para o patrimônio, além de construir cenários de forte impacto visual. Porém, nesta perspectiva, não podemos deixar de considerar o patrimônio como espaço público, um local de encontro dos diferentes (SENNETT, 1998), pois os diversos indivíduos têm usos múltiplos, estabelecem vínculos e refazem-os constantemente. Desta forma, analiso até que ponto as concepções de patrimônio se aproximam da realidade dos diferentes usuários dessas áreas históricas.

Nestes espaços em que os projetos de requalificação estão presentes existe uma diversidade de usos, interações e sociabilidades. Essas formas de usar e interagir demonstram diferenças socioespaciais e contradições existentes no espaço público. Quero dizer que, paralelo ou mesmo em contradição aos usos planejados (ou, definidos), emergem usos espontâneos, que não condizem com as narrativas dos gestores dos projetos referentes ao espaço em questão, isto é, “contra-usos” (LEITE, 2004). Assim, é necessário analisar como se dá a relação entre usos e “contra-usos” dessas áreas históricas consideradas requalificadas e a partir dessas práticas apontar para os conflitos de natureza simbólica presentes nesses espaços.

2 A REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O Passeio Público, [...] vinha sendo submetido há várias décadas a um terrível processo de degradação. Virou, ao longo destes anos, um local frequentado por prostitutas e marginais, tornando-se perigoso para ser visitado por famílias e turistas. Nos últimos anos essa decadência se acelerou de maneira acentuada. Até mesmo as prostitutas deixaram de fazer ponto no meio da praça que se tornou um imenso vazio dentro do Centro de Fortaleza (O POVO, 6/10/2007).

Nem de longe o reforçado telhado e o cheiro de tinta nova nas paredes lembram fezes, urina, preservativos, pedaços de tecido embebidos de sangue e pontas de cigarro que antes denunciavam as velhas finalidades de um espaço que, na verdade, sempre foi potencialmente cultural (DIÁRIO DO NORDESTE, 6/10/2007).

A intervenção urbana realizada no Passeio Público foi um dos projetos da Prefeitura Municipal de Fortaleza que visava produzir a requalificação do seu Centro Histórico. Desde 2006, por meio do Decreto Municipal nº 11.971, a praça tornou-se um espaço reconhecido e, portanto, protegido pela prefeitura devido sua importância

histórica e social para a cidade. Neste mesmo ano, o Passeio Público foi integrado ao projeto “Ícones de Fortaleza” que consistia no levantamento da situação da praça e no encaminhamento e garantia de recursos para a recuperação da mesma.

Em 2007, segundo o Jornal Diário do Nordeste, foi investido R\$ 870,00 mil, sendo R\$ 45 mil doados em tinta e grama pelo Instituto Cor da Cultura. Esta instituição promoveu o evento Casa Cor¹ no Museu da Indústria localizado em frente ao Passeio Público e utilizou a praça como ante-sala para o evento. Além das reformas empreendidas no plano urbanístico, foi desenvolvida pelos gestores da Secultfor uma programação de atividades que não tinha antes, como momentos de sesta, leituras, jogos, aulas de ioga, roteiros histórico e botânico. As atividades realizadas visavam dar outra funcionalidade para o espaço a partir de novos usos que, ao mesmo tempo, em que se contrapunham às práticas de antigos usuários (prostitutas, moradores de rua e “mirins”²), reativava antigos sentidos perdidos no tempo como de espaço histórico, cultural, de lazer destinado à família e a outros usuários.

Mas, em que consiste uma intervenção urbana designada como requalificação? O termo requalificação urbana refere-se a uma prática de proteção de espaços urbanos expostos à degradação e a um desvio de sua funcionalidade seja cultural, comercial, de lazer etc (PEIXOTO, 2009). É uma operação que se dirige ao espaço público e procura fomentar novas atividades mais voltadas ao contexto contemporâneo (SIRCHAL, 1995). Assim, o objetivo da requalificação é (re)introduzir numa determinada área “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade”, por isso é conhecida como “política de centralidade urbana” (PEIXOTO, 2009).

Muitos termos adotados pelos projetos urbanísticos como requalificação, revitalização, reabilitação são acompanhados do prefixo RE. Este prefixo indica a repetição de algo existente, mas com uma nova forma. Segundo Vasconcellos e Mello, o RE é um “voltar a”, uma tentativa de refazer uma relação temporal “(...) que considera (ou finge considerar) a inclusão do tempo na análise do espaço” (2006,

¹ A Casa Cor é um evento de decoração, sendo um grande referencial de tendências, qualidade de vida e criatividade, tendo como principal missão lançar as novas tendências mundiais de produtos e materiais de arquitetura e decoração.

² Termo nativo utilizado para designar crianças que cometem pequenos furtos.

p.63, grifo do autor). Implícita em todos os REs está a importância dada à recuperação dos centros urbanos e à preservação de áreas consideradas históricas. Vargas e Castilho explicam que recuperar o centro das metrópoles significa

[...] melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infra-estrutura estabelecida. Dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos (2006, p. 4-5).

Assim, o objetivo dessas intervenções é dinamizar a economia urbana, atraindo não somente investimentos, mas também usuários, turistas, gerando condições de acessibilidade e habitabilidade e também valorizando a imagem do grupo político que executa a intervenção. Adotei o termo requalificação para a análise proposta por se configurar como a expressão mais difundida nas discussões de projetos voltados para o bairro Centro em Fortaleza e, também, porque o seu significado se aproxima da realidade empírica analisada. Os projetos com esta nomenclatura emergiram em várias cidades no Brasil e no mundo como Salvador, João Pessoa, Lisboa, Berlim, Nova York e, na maioria dos casos, são resultantes da parceria entre poder público e iniciativa privada.

2.1 O lugar do centro histórico

A maioria dos discursos articulados as intervenções que visam à requalificação remetem ao passado e formam um quadro de “diálogo entre passado e presente” (BARREIRA, 2001, p.30). Analisando os projetos de preservação para a cidade de Fortaleza, Barreira apresenta como se constituiu esse “diálogo entre passado e presente” a partir de um duplo fenômeno ocorrido na década de 1990: de um lado, transformações no tecido urbano desde a década de 1970 e, do outro lado, práticas de conservação de espaços representativos da “história da cidade”. Enquanto o discurso da transformação planejada buscava investimentos para recuperar as perdas (ocasionadas pelo descaso com o patrimônio) e tornar a cidade apresentável aos turistas, recuperando de forma simbólica a história de equipamentos com a introdução de novos usos, o discurso da preservação apresentava um tom nostálgico, fazendo referências ao que a cidade não é mais,

aos personagens e costumes que marcaram a história de Fortaleza. Soma-se à nostalgia, a crítica à prioridade dada às obras turísticas.

Ambos os discursos evocam o passado e buscam as origens, o lugar onde a cidade começou. Nesse contexto, o conceito de centro histórico³ é significativo por estar associado à origem do núcleo urbano (VARGAS; CASTILHO, 2006). Entendendo a cidade como a materialização do processo histórico, os centros das cidades são considerados o local onde estão presentes os vestígios de nossa história e cultura. Além disso, eles evocam um determinado momento da história em que a própria área era percebida e vivida como um espaço em que os homens compartilhavam experiências coletivas. Por isso, num contexto de preservação, os centros das cidades e locais considerados patrimônio se tornam referenciais simbólicos e áreas emblemáticas.

2.2 De praça histórica à praça degradada

A própria intervenção no Passeio Público ocorreu, principalmente, devido aos atributos históricos, culturais e paisagísticos que os gestores públicos legam ao imaginário social. O Passeio Público, nome pelo qual a Praça dos Mártires é mais conhecida, é um dos espaços mais antigos da cidade. Devido à proximidade com o Forte Nossa Senhora da Assunção⁴, na primeira metade do século XIX, o Passeio Público tornou-se um lugar destinado a execuções de pena de morte. Quando a Confederação do Equador em 1824 foi vencida, os participantes deste movimento revolucionário foram ali executados em 1825: Carapinima, Padre Mororó, Pessoa Anta, Ibiapina e Azevedo Bolão (ARAGÃO, 1999). Ambos foram homenageados com o nome original atribuído ao espaço. Após 1880, o Passeio Público constituiu-se num espaço dividido fisicamente em três planos ligados por escadas, desde a área entre o Forte e o Hospital Santa Casa de Misericórdia até o mar. Para Gustavo Barroso (1962), além de apresentar uma divisão do espaço físico, a praça era estratificada socialmente, pois cada plano era ocupado por segmentos sociais diferentes. No primeiro plano, por exemplo, foi construída em 1888 a Avenida Caio

³ “Centro histórico é um termo que surgiu na Europa, onde inúmeras cidades possuem sua parte mais antiga intra-muros, caracterizando seu núcleo original, com tipologia específica. Esse termo universalizou-se e não está mais obrigatoriamente ligado à tipologia arquitetônica-urbanística que o inspirou” (VASCONCELLOS; MELLO, 2006, p.58-59).

⁴ Este forte foi erguido em 1649 pelos holandeses e era denominado Forte de Schoonenborch. Mas, em 1656 foi entregue aos portugueses e redenominado Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Prado com vista para o litoral. Este espaço tornou-se o local mais frequentado pela elite de forte influência europeia, principalmente francesa, no período da *belle époque* fortalezense (PONTE, 1993). As pessoas passeavam, sentavam nos bancos, viam o pôr-do-sol, sentiam a brisa vinda do mar e, também, assistiam às partidas de futebol ocorridas no segundo plano, predominantemente frequentado pela classe média. Enquanto isso, o terceiro plano próximo ao mar era frequentado por prostitutas e soldados.

A construção do Passeio Público integrava as transformações urbanas e modernas ocorridas na cidade, elaboradas nos moldes da Paris *belle époque*. Por isso, a praça apresenta espaços retos e alinhados como as ruas projetadas no plano urbanístico de Adolfo Herbster em 1875 (GONDIM, 2007). A modernização também é vista no embelezamento deste espaço público por meio de um tratamento paisagístico que implantava e conservava jardins. A forma como estão dispostas as árvores e a grama do Passeio Público apresentam influência francesa, pois estão distribuídas simetricamente, admitem poucos desníveis e podemos perceber formas geométricas nos caminhos e na própria vegetação.

Nas últimas décadas do século XX, o Passeio Público passou por pequenas reformas. O objetivo destas restaurações já era recuperar a feição original que, segundo os relatores do projeto de restauração, encontrava-se descaracterizada e deteriorada⁵. Os relatórios de vistorias realizadas pelos arquitetos do IPHAN, nos anos de 1990, registravam a degradação da praça, pois era ocupada por um grande parque infantil e inúmeras barracas de venda de bebidas, atividades que concorriam para a sua destruição. Entre 2002 e 2004, há registros de que a prefeitura tentava desenvolver atividades como eventos em datas comemorativas que não atingiam público. Segundo gestores públicos este resultado era consequência da presença de prostitutas e moradores de rua. Além disso, neste período os jornais noticiavam o desrespeito ao patrimônio tombado.

2.3 As concepções de patrimônio numa experiência de requalificação

⁵ Informações do Arquivo do IPHAN, na Pasta: Preservação – Obra de Restauração (1987).

Os projetos ditos de requalificação trazem à discussão concepções e sentidos atribuídos aos equipamentos classificados como patrimônio. Como os investimentos (materiais e simbólicos) visam à transformação de áreas consideradas degradadas, eles acabam sendo direcionados principalmente para a preservação do patrimônio edificado.

O tombamento da área do Pelourinho em Salvador aliado às estratégias para reinserir esta área na dinâmica da cidade e à elevação à condição de Patrimônio da Humanidade em 1985 contribuíram para a requalificação do centro histórico, pois, a partir da década de 1990, o casario no seu entorno foi tombado e logo após reformado por meio de investimentos privados. O centro histórico de Salvador apresenta como uma experiência de requalificação urbana é realizada com vistas a consolidar o patrimônio edificado.

No centro histórico de Fortaleza, as medidas com o objetivo de preservar os equipamentos classificados como patrimônio foram retomadas a partir da execução de políticas de requalificação (BARREIRA, 2010). As discussões em torno da requalificação do centro de Fortaleza se iniciaram na década de 1990, incentivadas, principalmente, pelos setores público e privado. De um lado, estavam os técnicos do governo estadual e municipal interessados em projetar o Centro para o turismo, do outro lado, comerciantes e lojistas da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), interessados numa maior dinamização econômica da região (VASCONCELOS, 2008). Essa parceria promoveu ações de restauro físico dos equipamentos públicos, como praças e prédios antigos, e medidas que incrementam o valor simbólico para habitação e maior movimentação do bairro: a construção de condomínios residenciais e a realização do “Natal de Luz”, uma apresentação de um coral infantil que reúne na Praça do Ferreira cerca de 15 mil pessoas.

Em Fortaleza, a própria prefeitura reconheceu que não tem tradição no enfrentamento das tarefas referentes à preservação do patrimônio cultural edificado⁶, pois somente na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins (2004-2008) é que a Secultfor criou uma instância operativa voltada ao assunto: o Departamento

⁶ Informação obtida no Termo de Referência Básico para a elaboração de projetos executivos de recuperação do Patrimônio Histórico Passeio Público de Fortaleza. Arquivo do IPHAN (2007).

do Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC). Mas, afinal, para os gestores em Fortaleza, o que compreende essa noção de patrimônio histórico cultural?

O Patrimônio Cultural do Município de Fortaleza é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, histórico e natural, visando sua preservação⁷.

Em suma, o conceito de patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura de um grupo ou de uma sociedade. Embora este conceito apresente uma conotação democrática, a realidade torna-se mais complexa ao analisarmos uma sociedade heterogênea e desigual como a moderna.

A discussão em torno do patrimônio cultural leva à reflexão sobre as condições de exercício da cidadania, pois quando tratamos de patrimônio cultural, nos referimos a uma parte significativa da sociedade, a um “nós”, uma coletividade. O exercício da cidadania pressupõe que todos os indivíduos tenham as condições de usufruir os bens culturais, de participar nas decisões acerca das políticas culturais como também respeitar as regras necessárias de uma vida coletiva. Ao analisar as intervenções no Bairro do Recife Antigo, Leite (2004) nos mostra como as prostitutas e os portuários asseguraram a preservação dos monumentos antigos, estes indivíduos eram considerados atores relevantes na constituição da idéia de patrimônio. Baseado no exemplo do Bairro do Recife Antigo convém analisarmos se as intervenções em espaços considerados patrimônio na cidade de Fortaleza mantêm diálogo com noções de diversidade ou se, ao contrário, geram segregações urbanas.

2.4 As prostitutas, o “antipatrimônio”?

A intervenção urbana ora analisada foi executada num espaço não só considerado patrimônio da cidade, mas num lugar significativo no decorrer do tempo

⁷ Definição extraída do site da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no link sobre o Patrimônio. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=10482&Itemid=119>. Acesso em: 16 dezembro 2011

para diversos usuários: a elite fortalezense, prostitutas, moradores de rua, turistas e outros. O Passeio Público, durante todo o período em que consideraram que o Centro passou por um processo de degradação, era um ponto fixo de comércio sexual e espaço de sociabilidade de prostitutas, tornando-se conhecido na cidade como “praça das prostitutas”. Em 2007, durante a restauração física da praça, como a mesma ficou fechada, elas se deslocaram para o outro lado da rua, para os bares instalados em frente. Nesse período, a Prefeitura de Fortaleza entrou em contato com a Associação das Prostitutas do Ceará (Aproce) e por meio de algumas reuniões definiram quais tipos de usos seriam permitidos ou não no local. Segundo os agentes da política de requalificação não houve conflitos, nem sequer elas foram expulsas da praça. Contudo, constatei que, a partir do processo de disciplinarização do espaço (FOUCAULT, 1979) efetivado por Guardas Municipais presentes durante o dia e seguranças armados à noite, foi realizada uma ação sobre o corpo que procurava modelar e regular o comportamento dessas mulheres, para que as mesmas não se sentissem mais à vontade para usufruir do espaço. Quando alguma das “meninas” entra na praça, os guardas ficam observando se elas vão abordar algum homem. Se isso acontece, eles se aproximam e mandam elas se retirar. Da mesma forma, se elas ou moradores de rua estiverem deitados nos bancos são logo retirados da praça. Os próprios guardas municipais informaram-me por meio de entrevistas que o seu objetivo é inibir a presença dos moradores de rua, das prostitutas, tirar o “estigma” de uma praça ponto de droga e prostituição e torná-la um ambiente familiar. Essa expulsão se caracteriza também pela definição de novos usos diferentes dos pioneiros que visam atrair novos usuários. Como se constata nessa entrevista que realizei durante pesquisa de campo com um guarda municipal, ao indaga-lo sobre as prostitutas:

A frequência das prostitutas aqui na praça é de no máximo cinco minutos, elas num entram mais aqui não, só tem dois travecos [travestis] da favela que de vez em quando aparecem. Elas mesmas ficam incomodadas porque o pessoal que frequenta aqui é outro nível. Normalmente entram no portão em frente à Santa Casa e saem no outro ali [em frente à Rua Major Facundo] [...]. Nós observamos, se tiver algum idoso sentado sozinho, nós nos aproximamos se elas tentarem chegar perto. É proibido abordar as pessoas, elas já sabem disso (Entrevista concedida por um guarda municipal em 24 de janeiro de 2012).

No discurso dos gestores da política de requalificação, dos guardas municipais e dos novos usuários é recorrente a referência à falta de um

comportamento adequado por parte das prostitutas e outros usuários com relação aos novos usos do patrimônio. Segundo um secretário da Coordenação do Patrimônio Histórico Cultural de Fortaleza (CPHC), “(...) a atividade das prostitutas não pode conviver socialmente, porque o próprio cliente da prostituta é uma pessoa que não quer ser vista” (Entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2012). Segundo um guarda municipal, “se não afastasse elas, não mudaria nada na praça (...). A imagem da praça era prejudicada, elas traziam insegurança. Afastamos os pedintes também que aproveitavam pra assaltar” (Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2012).

Baseado no conceito de patrimônio cultural, poderiam as prostitutas ser consideradas representantes de um “antipatrimônio”? Já que as mesmas parecem ser representativas de uma memória que os gestores dessas intervenções pretendem esquecer. Não seriam esses indivíduos “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense”? É nesse sentido que se faz necessário pensar se as concepções de patrimônio dialogam com a noção de diversidade ou se levam a segregações no espaço urbano. E pensar também quais práticas e circunstâncias levaram esses indivíduos a serem considerados o que designo como “antipatrimônio”.

Analisar equipamentos reconhecidos como patrimônio além de nos fazer refletir sobre o passado e processos de conservação, nos faz vê-los como lugar em que práticas culturais são produzidas a partir de intervenções. Isto porque nos projetos de requalificação há uma articulação entre o patrimônio material e o patrimônio intangível. O patrimônio material corresponde à estrutura da própria praça preservada em seu quiosque, bancos, esculturas, no baobá etc. Já o patrimônio intangível ou imaterial refere-se às práticas efetivadas pelos usuários. Essa articulação é um dos mecanismos da requalificação: a reinterpretação da tradição e a transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Para este mercado, a requalificação oferta novas atividades e práticas culturais mais atualizadas ao contexto contemporâneo. A ligação entre o patrimônio material e as expressões imateriais do patrimônio cultural é uma tentativa de realocação, de reinventar uma centralidade e refazer a conexão entre identidade e lugar. Segundo Gondim (2001), essa articulação reforça ainda mais a memória coletiva, que está

relacionada à identidade social, coesão e solidariedade. Porém, essa idéia de centralidade é anacrônica à tendência atual da maioria das cidades se tornarem policêntricas.

No caso de locais tidos como patrimônio histórico, Françoise Choay chama de reutilização um processo semelhante ao analisado nesta pesquisa. “A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio” (2001, p.218). Os monumentos e o patrimônio histórico deixaram de ser um objeto de culto para tornarem-se uma mercadoria cultural, que é produzida e distribuída entre os consumidores. O objetivo da reutilização é (re)integrar o patrimônio na vida contemporânea.

3 USOS DO PATRIMÔNIO: CONFLITOS SIMBÓLICOS

Uma das propostas dos projetos de requalificação urbana é dar nova funcionalidade aos espaços a partir do planejamento de novas atividades. Os eventos e atrações planejados passam a integrar o circuito de atividades culturais da cidade, divulgadas por meio de panfletos, livretos, notícias nos jornais de maior circulação e televisão. As informações veiculadas remetem a uma mudança na configuração socioespacial relacionada a um novo público e novos usos.

Michel de Certeau (1994) ao estudar o cotidiano procurou criar uma teoria das práticas que, ao se referir ao uso do espaço urbano, pudesse narrar os comportamentos, frequentações e experiências sociais. Para Certeau, os sistemas de produção (urbanística, televisiva, cultural etc.) definem seus produtos e pretendem ser totalitários, desta forma, não deixam um lugar ao que os consumidores fazem com estes produtos. Contudo, toda produção é acompanhada de “outra” produção denominada consumo. Enquanto aquela é racionalizada e centralizada, a outra “(...) é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível” (CERTEAU, 1994, p.39). Assim, nos usos do espaço urbano além de estudar as representações, podemos analisar aquilo que os consumidores fabricam, como se reapropriam do espaço. Esta explicação é sistematizada na diferenciação entre as categorias “estratégia” e “tática”.

A “estratégia” é uma ordem estabelecida, consiste na produção realizada por um sujeito de poder, que define um produto e/ou um lugar e sobre estes distribui seu poder. É a arte do forte. Já a “tática” consiste numa segunda produção caracterizada pela subversão e desobediência da ordem estabelecida. É a arte do fraco, marcada pela ausência de poder, onde o seu lugar é o do outro.

Nas propostas de requalificação urbana, as “estratégias” correspondem aos usos oficiais, planejados pelos gestores da intervenção. Porém, o consumo desses usos planejados não ocorre da mesma forma, muitos usuários burlam a ordem estabelecida e por meio de um comportamento tático demarcam novos usos e interações.

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas *táticas* [...] são tão localizáveis como as *estratégias* [...] que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações* nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (CERTEAU, 1994, p.92).

Empregando a noção de “tática” aos usos políticos do espaço urbano, Leite (2004) explica que quando associada a um lugar, ela constitui-se em um “contra-uso”. Este é considerado o primeiro mecanismo para verificarmos as fronteiras e demarcações socioespaciais nas áreas “requalificadas”. Outro mecanismo é analisar a construção dos “lugares”, pois alguns espaços são reapropriados em resposta à exclusão socioespacial.

Resumindo, nesses locais onde as políticas de requalificação se fazem presentes existe uma diversidade de usos, interações e sociabilidades. Essas formas de usar e interagir nos remetem a diferenças socioespaciais e a contradições existentes no espaço urbano. Quero dizer que, paralelo ou mesmo em contradição aos usos planejados, emergem usos espontâneos, que na perspectiva de Leite (2004) podem ser analisados a partir da categoria de “contra-uso”.

Em 2007, como já mencionei, quando o processo de requalificação do Passeio Público se iniciou, a praça recebeu uma programação de atividades (que não conseguiu atrair muitos usuários). Um dos eventos mais frequentados e o mais permanente de todos é o Projeto Sol Maior que consiste na realização de uma feijoada com música ao vivo. Durante pesquisa de campo constatei que as formas de

usar a praça durante a feijoada (e, também, em outros momentos) revelam segregações e contradições, pois os usos realizados se distanciam dos usos cotidianos da praça. Verifiquei que muitos frequentadores que sentam nos bancos, passeiam entre as árvores e usufruem da tranquilidade do espaço não conhecem, ou nunca participaram de eventos como a feijoada. Esses desencontros são indícios de práticas sociais diferenciadas.

Há uma diferenciação entre os usuários participantes da feijoada e os usuários dos outros espaços da praça com relação à renda mensal, ao grau de escolaridade e ao bairro em que residem. A partir de dados obtidos na minha monografia (LOPES, 2010), os primeiros apresentam renda mensal e grau de escolaridade maior do que os outros usuários. Os frequentadores da feijoada entrevistados residem principalmente em bairros nobres da cidade como Meireles e Aldeota. Somando estes aspectos ao tipo de música consumida (chorinho), ao modo de se vestir, aos comportamentos, às práticas de lazer e aos assuntos conversados ao redor da mesa (política, religião, música, universidade, artigos científicos, congressos etc.) percebo que estes indivíduos são provenientes de uma classe média intelectualizada. Enquanto isso, os que apenas passeiam pela praça residem em bairros da periferia da cidade como José Walter, Bom Jardim, Conjunto Palmeiras e não conhecem nem participaram dos eventos realizados.

Além disso, devido à demarcação de fronteiras simbólicas, o entorno da praça torna-se o “lugar” no qual os indivíduos excluídos socioespacialmente estabelecem suas sociabilidades, como as prostitutas negociando seus programas com os homens que estão nas mesas dos bares localizados em frente ao Passeio Público, ou com os que passam pela rua. Há também alguns moradores de rua pedindo esmola às pessoas, meninos de rua etc. Estes são os indivíduos que, mesmo excluídos socioespacialmente, burlam a ordem estabelecida e constituem uma relação diferenciada com o espaço.

Assim, nos espaços em processo de requalificação, enquanto alguns usuários consomem os usos planejados, outros realizam usos que não condizem com os oficiais e que, na maioria das vezes, não são aceitos socialmente. Estes são os “contra-usos”.

3.1 A construção socioespacial da diferença

Desde seu surgimento como praça pública, o Passeio Público revela contrastes, pois nos lembramos dos três planos separados, cada um frequentado predominantemente por classes sociais diferentes. As fronteiras eram bem mais perceptíveis, além de simbólicas, apresentavam demarcações físicas no espaço. No contexto contemporâneo encontramos uma oposição entre antigos e novos usuários com fronteiras mais invisíveis, mas que não deixam de existir. Nesta praça frequentada por pessoas de sexos, faixas etárias, bairros, grau de escolaridade, ocupações e grupos sociais diferentes, existe uma demarcação de “lugares” a partir de novos usos tais como os propiciados pela feijoada e eventos culturais instituídos por um “sujeito de poder”, a Secultfor. Estes usos contrastam com antigas práticas realizadas pelos sujeitos “sem poder” que ainda resistem ocupando o lugar do outro e burlando a ordem estabelecida por meio de “contra-usos”.

Cabe enfatizar que, com relação aos usos dos indivíduos, o espaço físico, geográfico e histórico não é determinante, mas é definidor. Gilberto Velho (1999) ao estudar um dos bairros mais importantes do Rio de Janeiro, Copacabana, percebeu a grande heterogeneidade e a relação existente entre categorias distintas, por exemplo, o contato entre gays, travestis e garotas de programa na praia; o encontro da elite de Copacabana no calçadão etc. Segundo Velho, cada categoria vive e interage no seu “mundo social”, e esse fato expressa particularidades como uma profunda heterogeneidade nas grandes cidades e a demarcação de fronteiras simbólicas.

Essas fronteiras ou constituição de “mundos sociais” são perceptíveis dentro do espaço da praça, no qual, de um lado, interagem os indivíduos que participam dos eventos e, do outro, os “indesejados” ou aqueles que não possuem os códigos necessários para consumir. Em pesquisa de campo verifico que quando algum morador de rua circula entre as mesas para pedir esmola, ou apenas se sentam em um dos bancos situados próximos às mesas, os guardas municipais ou os responsáveis pelo quiosque pedem para estes se retirarem. Em conversas informais, os usuários dos outros espaços da praça relataram-me que a feijoada é um ambiente muito seletivo e se sentem constrangidos em participar, pois para eles

o preço do self-service e das bebidas não são acessíveis⁸, o gosto musical não é o mesmo e suas práticas de lazer são diferentes.

O fato de alguns frequentadores participarem ou não dos eventos, como a feijoada, pode ser analisado sob a perspectiva de que o gosto não é natural (BOURDIEU, 2007), mas construído socialmente. Ao se referir a obras de arte, Bourdieu diz que estas só adquirem sentido e só tem interesse “para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada” (BOURDIEU, 2007, p.10). Com relação aos usos planejados pela requalificação, somente os indivíduos que adquiriram certas disposições para consumir produtos culturais irão participar. Para outros, esta mercadoria não fará sentido porque tiveram processos de socialização diferenciados. Esse é outro mecanismo para estudar a diferenciação nos usos do espaço. A demarcação de fronteiras também é perceptível na relação da praça com seu entorno, o lugar dos excluídos socioespacialmente, nos bares e motéis em frente ao Passeio Público esses indivíduos conversam, interagem e estabelecem seus encontros.

Portanto, os conflitos de natureza simbólica gerados em torno das intervenções no Passeio Público resultam principalmente de distinções entre antigos e novos frequentadores. Os conflitos longe de ser físicos, pois não resultam em agressão física ou verbal, induzem a uma silenciosa segregação socioespacial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, este artigo apresenta as concepções de patrimônio presentes no projeto de requalificação do Centro Histórico de Fortaleza efetivado, especificamente, no Passeio Público. Com base em outros estudos, verifico que as propostas se afastam da noção de diversidade e geram, conseqüentemente, segregações urbanas. Assim, a relação entre novos e antigos usuários do Passeio Público leva a uma construção socioespacial da diferença que consiste na delimitação simbólica dos espaços em que cada grupo usufrui. A diferenciação entre usuários é perceptível nas representações que estes fazem uns dos outros, no

⁸O quiosque do Passeio Público tem um self-service que 1000g custa R\$ 27,90. Alguns usuários da praça preferem comprar o que chamam de PF (prato feito) no qual se coloca mais comida e o preço já é definido. Outros criticam as bebidas, especificamente, os tipos de cerveja vendidos que não são os mais populares, mas outros tipos como a cerveja Heineken.

contato entre eles observado durante pesquisa de campo, nas práticas de lazer e nos sentidos atribuídos ao patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, R. Batista. **Tragédias que envergonham o Ceará**. Fortaleza: Ed. do autor, 1999.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Preservar a cidade: o centro como patrimônio cultural. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. **Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos**. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.59, 2010. Disponível em: <www.ibict.br/online>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONDIM, Linda M, P. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Arquivo Patrimônio Tombado (Passeio Público)**. Fortaleza, 2007.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas:UNICAMP, 2004.

LOPES, F. Willams R. **As políticas de requalificação face aos usos do espaço urbano: o Passeio Público de Fortaleza**. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PASSEIO público será reinaugurado hoje. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 06 outubro 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/m/materia.asp?codigo=476480>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

PONTE, Sebastião R. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

REFORMA do Passeio Público. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 06 outubro 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/opiniao/734980.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIRCHAL – Site Internacional sur la revitalisation des centres historiques des villes d'Amérique Latine et des Caraïbes (1995), **Accdocs – Glossaire**. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdeff.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Luisa. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006.

VASCONCELLOS, Lélia; MELLO, Maria Cristina. Re: atrás de, depois de.... In: VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Luisa (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006.

VASCONCELOS, Leonardo C. **Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna: a Requalificação do Centro Histórico de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VELHO, Gilberto. Os mundos de Copacabana. In: _____. **Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.